Empresários: Impossível cumprir carta ao FMI

SÃO PAULO — Metas impossíveis de serem atingidas e cujo cumprimento agravará ainda mais a situacão econômica do País, com o aprofundamento da recessão: esta é a opinião dos principais empresários brasileiros, a respeito da Carta de Intenções encaminhada pelo Governo ao Fundo Monetário Internaciohal (FMI). Reunidos ontem, seis dos dez líderes empresariais eleitos pela pesquisa da revista "Balanco Anual", da "Gazeta Mercantil", manifestaram pessimismo quanto à possibilidade de o País sair da crise, a não ser que, segundo eles, se promova uma renegociação da dívida externa com a dilatação dos prazos de pagamento, tanto dos juros como do principal.

Pelo quinto ano consecutivo, o empresário mais votado da pesquisa, o Diretor-Superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, considerou totalmente inviável a obtenção, no próximo ano; de um superávit comercial de US\$ 9 bilhões. Para ele, o País já chegou ao limite de suas possibilidades de cortar importação de matérias-primas, e a intenção de se reduzir, ainda mais, as importações em 1984 poderá implicar a paralisação de diversos setores produtivos.

Para o Diretor-Superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz (o terceiro mais votado), a questão mais preocupante contida na Carta de Intenções é a que trata das taxas de inflação para os últimos trimestres de 1983 e de 1984. Diniz classificou de "impossível" reduzir para cinco por

cento o índice nos últimos três meses deste ano.

—O último trimestre começa daqui a uma semana, e o Governo ainda não disse como pretende derrubar a inflação — disse.

Apenas para reforçar sua idéia de que é impossível reduzir a inflação, ainda este ano, para uma taxa mensal de cinco por cento, Diniz apresentou dados elaborados pelo Departamento de Economia do Grupo Pão de Açúcar, que preveem para outubro uma inflação de cerca de oito por cento, mais oito por cento em novembro, e seis por cento em dezembro — o que resultaria numa taxa mensal média de 7,3 por cento, e um acumulado de 181 por cento no ano.

Para chegar aos cinco por cento, os cálculos do grupo Pão de Acúcar mostram que seriam necessárias, nesse último trimestre, taxas de oito por cento, seis por cento, e três por cento — o que, segundo Diniz, é impossível.

Na visão de Antônio Ermírio de Moraes, a redução da inflação e do déficit público, como está previsto na Carta, provocará uma violenta queda no nível de emprego. Afirmou que, para as autoridades econômicas, "é fácil" decretar medidas de caráter recessivo, "porque elas não têm consciência da realidade brasileira".

— Decretar uma inflação de 55 por cento para 1984 é fácil; o difícil é colocar em prática a medida, pois quem pagará a conta será toda a sociedade — disse Antonio Ermírio.